

O som da coragem: o “apitaço” contra a violência de gênero

Na casa de número 120, no Córrego do Euclides, Zona Norte do Recife, um grupo de mulheres se reúne para discutir ações voltadas ao empoderamento negro e feminino. Elas ajudam a implantar nas comunidades do entorno o “apitaço”, ação de enfrentamento à violência contra a mulher que nasceu na Colômbia, berço da homenagem que seria transformada depois no Dia Internacional de Não Violência Contra a Mulher, comemorado em 25 de novembro.

[\(Folha de Pernambuco, 25/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Com o apito na mão e o sorriso no rosto, Sebastiana Ferreira quase passa despercebida no meio das outras mulheres, reunidas no fundo da casa de número 120, no Córrego do Euclides. É neste local, com uma vista dos morros da Zona Norte do Recife, que funciona a ONG Cidadania Feminina, onde 54 mulheres são contempladas com ações voltadas para o empoderamento negro e feminino. Enquanto algumas delas se posicionam em frente a um muro carregado de dizeres como “enfrentar o racismo e viver sem violência é um direito das mulheres”, Sebastiana comenta com uma das amigas: “Esse aqui é a nossa verdadeira arma”, apontando para o apito. Juntas, elas ajudaram a implantar nas comunidades do entorno o “apitaço”, uma ação de enfrentamento à violência contra a mulher. “Quando uma está em situação de violência, nós usamos o apito para chamar a atenção da comunidade, como forma de intimidar o agressor”, explica Liliana Barros, à frente da instituição que existe há 14 anos.

Foi em meio a essa atmosfera de união e acolhimento, que Sebastiana conseguiu cicatrizar as feridas de um casamento repleto de abusos físicos, psicológicos e sexuais. “É algo que para sempre vai incomodar, porque é a história que fica. Eu fui muito sofrida, apanhava demais do meu marido, fui estuprada por ele várias vezes. É uma mágoa que eu vou levar até o fim da vida.” Aos 73 anos, ela comemora o fato de lembrar os tempos de tortura sem chorar. “Foi graças a esse acolhimento que eu tive aqui. É algo muito

importante.”

Ela casou com o seu agressor aos 14 anos, após ter engravidado do primeiro filho pouco depois dos 12. “Eu não entendia nada. Achava que aquele homem era bom e que a vida era assim.” Anos depois, grávida de sete meses e após ser submetida a mais um dia de espancamentos, ela se armou pela primeira vez. “Coloquei uma panela no fogo, esquentei água para jogar nele. Cheguei muito perto. Eu não aguentava mais. Parte de mim pedia para fazer aquilo, outra parte dizia que não. Recuei e vivi com essa ideia por mais alguns meses.”

A segunda vez que Sebastiana se armou foi de coragem. “Dei um basta. Fui embora. Eu não tinha nada, só meus filhos. Não tive muito estudo, só sabia escrever meu nome. Cheguei a ir para São Paulo trabalhar na casa de patroas. Trabalhei muito. Criei meus filhos sozinha. Até que ele morreu. Eu tinha 28 anos quando fiquei viúva, voltei e refiz minha vida.” Hoje, em um novo casamento que já dura 35 anos e que ela considera saudável, Sebastiana sabe que o apito que tem nas mãos é a representação de uma arma ainda mais poderosa. “As mulheres estão unidas uma pelas outras.”

Liliana Barros, responsável pela ONG, explica que a ação do apitaço nasceu na Colômbia, onde também foi instituído, durante o Primeiro Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho de 1981, o Dia Latino-Americano de Não Violência Contra a Mulher, posteriormente transformado em Dia Internacional de Não Violência Contra a Mulher, comemorado em 25 de novembro - neste ano, no próximo domingo.

Atlas da Violência

Negação ou limitação de direitos atingem as mulheres forma geral, no entanto, os níveis de violência são diferentes diante da combinação das várias formas de discriminação, como etnia, raça, identidade e orientação sexual. De acordo com o Atlas da Violência 2018, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), nos últimos dez anos a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto entre as mulheres não negras diminuiu 8%. Na média nacional, a taxa de homicídio de mulheres negras é o dobro da taxa das mulheres brancas. No Brasil, 61%

dos feminicídios foram de mulheres negras, as principais vítimas em todas as regiões, com exceção da Sul, com destaque para as regiões Nordeste, com 87%; Norte, com 83%; e Centro-Oeste, com 68%.

“Na ONG também trabalhamos o fortalecimento da identidade negra. A maioria das mulheres negras é pobre, então fica mais exposta à violência de gênero. É importante ter esse recorte, regional, racial e de classe, porque nós sabemos que são as mulheres negras que mais sofrem violência”, explica Liliana.

O levantamento do Ipea mostra, ainda, que, no Brasil, entre 2001 a 2011, ocorreram mais de 50 mil feminicídios. Em média, são 5.664 mortes do tipo por ano, 472 a cada mês, 15,52 a cada dia, ou uma morte a cada 1h30. As regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte apresentaram as taxas de feminicídios mais elevadas - 6,90; 6,86; e 6,42 óbitos por 100 mil mulheres, respectivamente. Em Pernambuco, de acordo com a Secretaria de Defesa Social (SDS), foram 61 as vítimas de feminicídio - assassinadas apenas por serem mulheres -, de janeiro a outubro deste ano. Um patamar 6% menor se comparado a 2017, quando o feminicídio alcançou 65 vítimas.

Em outubro de 2018, isoladamente, houve o dobro de casos em relação ao ano anterior, saindo de dois para quatro. Já os estupros denunciados às polícias tiveram uma redução de 13,3% em outubro de 2018, quando confrontados com as notificações de 2017. De 203 vítimas, o número caiu para 176. No entanto, no acumulado deste ano até o décimo mês, houve aumento de 8,58%, saindo de 1.924 em 2017 para 2.089 neste ano.

Mas as mulheres têm procurado ajuda. Segundo a SDS, aumentou a quantidade delas que se dirigiram às delegacias e denunciaram ter sofrido violência doméstica e familiar. Em outubro passado, foram 3.718 queixas, contra 3.189 no mesmo mês do ano passado, um crescimento de 16,59%. Entre janeiro e outubro, as notificações subiram em 20%: de 27.426 para 32.910. Essa tendência também pode ser vista nos registros na Central de Atendimento à Mulher, o Ligue-180. Em 2009, quando os relatos de violência começaram a ser registrados no canal, foram 1,035 denúncias, que iam de cárcere privado, homicídio, tráfico de pessoas, violência obstétrica, violência sexual, entre outras violações. Já em 2018, até julho, o número já havia

chegado a 2.662.

Ações penais

Toda essa demanda tem chegado ao Judiciário, que precisa dar celeridade aos processos para garantir a segurança de mulheres que conseguem quebrar o ciclo da violência através da denúncia. Em 2017, os magistrados brasileiros deram fim a 540 mil ações penais relativas à violência doméstica - 88 mil processos a mais que as 452 mil ações ingressadas nos tribunais de Justiça de todo o País ao longo do ano anterior, 2016, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Esse resultado foi apontado por meio de um estudo do órgão para verificar a aplicação da Lei n. 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, que corresponde a qualquer ação ou omissão que resulte em prática de violência física, psicológica, sexual, matrimonial ou moral contra a mulher.

A partir desta segunda-feira, 26 de novembro, o **Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)** dá mais uma passo para garantir essa celeridade e implanta, em regime de projeto piloto, o processamento das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha por meio do Processo Judicial eletrônico (PJe). A ideia é possibilitar que o magistrado possa apreciar o pedido enquanto a mulher ainda estiver na delegacia prestando queixa. Com o trâmite eletrônico, o processo praticamente sai do computador da delegacia direto para o computador do magistrado. Isso faz com que a vítima de violência doméstica possa ter uma resposta do Judiciário muito mais rápida.

A partir de 2 de maio de 2019, será obrigatória a utilização do Sistema PJe para protocolar os pedidos de medidas protetivas de urgência que, de acordo com a legislação, garante o afastamento do agressor de local de convivência com a vítima; a fixação de limite mínimo de distância entre agressor e vítima; e a suspensão da posse ou restrição do porte de armas. De janeiro de 2016 a agosto de 2018, o TJPE proferiu mais de 24,1 mil medidas protetivas em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. “Quando as mulheres estão organizadas, juntas, a violência tende a diminuir. Elas ficam mais articuladas, conseguem impor limites e ir atrás de justiça. Nós conseguimos ver isso na prática, com uma ação como o apitaco. Essa união

com certeza é o que tem mudado a realidade da mulher em relação à violência”, conclui Liliana.

Por Maiara Melo, da Folha de Pernambuco

Campanha recebe por WhatsApp denúncias de assédio no carnaval do Recife e de Olinda

Iniciativa denominada #AconteceuNoCarnaval busca ajudar vítimas desse tipo de situação durante as prévias e os dias de Momo.

[\(G1, 19/01/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A revolta e o descontentamento com as experiências de assédio no carnaval motivaram três organizações da sociedade civil a criar uma ferramenta independente para ouvir e acolher vítimas desse tipo de crime no Recife e em Olinda. A iniciativa #AconteceuNoCarnaval existe desde 2017, mas, em 2018, a ferramenta ganhou um WhatsApp para receber relatos de foliões que presenciaram ou sentiram na pele a violência de gênero, por meio do número (81) 99140-5869.

De acordo com a advogada Madalena Rodrigues, mobilizadora da Rede Meu Recife, uma das organizações criadoras da iniciativa, a campanha surgiu diante da experiência das participantes em outros carnavais.

“Esse é um problema que o poder público ainda não olha da maneira que deveria porque, muitas vezes, as próprias mulheres deixam de denunciar, então os casos não entram nas estatísticas. Queremos mudar isso para cobrar as ações do governo e da prefeitura”, explica.

A adoção do aplicativo de mensagens teve o objetivo de potencializar o

alcance da campanha. “Virou o nosso principal canal, porque todo mundo está com o celular para se encontrar com os amigos, para ir às festas e voltar para casa, então a nossa ideia foi criar um canal para denunciar que está na palma da mão”, afirma Madalena. Mete a Colher e Women Friendly, organizações da sociedade civil que buscam proteger e valorizar o público feminino, também assinam a iniciativa.

Além das denúncias feitas por celular, a #AconteceuNoCarnaval também tem o objetivo de “marcar” casas no Sítio Histórico de Olinda em que haja foliões dispostos a ajudar vítimas de assédio, seja nas prévias carnavalescas ou nos dias de Momo propriamente ditos.

“A gente não tem uma casa de apoio, mas temos casas apoiadoras da campanha, onde o respeito às mulheres é uma bandeira levantada”, comenta a advogada. Os espaços serão sinalizados com frases como “Nesta casa, se respeitam as minas”.

A distribuição de pulseiras que identificam mulheres dispostas a ajudar em casos de assédio também é uma das ações previstas pela campanha. Denominados “fitinhas da sororidade”, os adereços contêm o número de telefone para denúncias sobre assédio.

“São fitas como aquelas do Senhor do Bonfim, para que as mulheres possam encontrar as que estão disponíveis para ajudar em caso de uma emergência”, explica.

Denúncias formalizadas

Segundo Madalena, os foliões que procurarem a iniciativa vão receber uma lista com os endereços e telefones das delegacias próximas da localidade em que ocorreu o assédio. “Vamos te informar sobre as ações que vão acontecer nos dias de folia, onde procurar ajuda e te dizer onde vais poder pegar a nossa fitinha da sororidade”, diz o texto encaminhado a quem procura ajuda através do celular.

Marina Meireles

Como não ser babaca no Carnaval. Recife dá as dicas





A Prefeitura de Recife publicou em sua página no Facebook a segunda edição ([para os que ainda não entenderam](#)) do Pequeno manual de como não ser um babaca no carnaval.

“Vamo desenhar de novo o manual?! Pra quem ainda não entendeu, hein? Brinque o Carnaval com respeito”, diz o texto, seguido de diversas dicas de como não assediar as mulheres no carnaval.

[Como não ser babaca no Carnaval. Recife dá as dicas \(El País Brasil, 25/02/2017\)](#)

Segundo a Prefeitura, a Central da Mulher estará na Rua do Observatório, no centro da cidade, oferecendo orientação e atendimentos a mulheres que estão em situação de violência.

No Recife, também foi disponibilizado o serviço Liga, Mulher, o disque orientação da cidade: 0800 281 0107. Mas em qualquer lugar do Brasil é possível ligar para o número 180, que é a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, e fazer uma denúncia de assédio e violência.

A Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência é um atendimento gratuito, confidencial - ou seja, preserva o anonimato - e que presta assistência não só durante o carnaval desde 2005.

Uma pesquisa do ano passado do [Instituto Data Popular](#), apontou que 61% dos homens afirmaram que uma mulher solteira que vai pular carnaval não pode reclamar de ser cantada, e 49% disseram que bloco de Carnaval não é lugar para mulher “direita”.

Ainda, que 59% acreditam que elas gostam de ser cantadas e 49%, de ser chamadas de *gostosa*.

ONG cria serviço de informação sobre o zika para mulheres, por WhatsApp, no Recife

Duas profissionais do grupo Curumim foram capacitadas pelo grupo e ficam responsáveis pelo atendimento. Informações são divididas em blocos distintos.

[\(G1, 21/02/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Com a epidemia de zika, que atinge o Brasil desde 2015, mais da metade das brasileiras em idade reprodutiva está tentando evitar a gravidez, como ressalva contra a síndrome congênita relacionada ao vírus. Para divulgar informações e fazer o encaminhamento de mulheres desde a prevenção ao tratamento de filhos de mulheres que tiveram a doença na gravidez, a ONG feminista Curumim criou um serviço de atendimento por telefone e WhatsApp, com informações diversas sobre direitos reprodutivos e sexuais em tempos da moléstia.

Diariamente, duas profissionais, capacitadas pelo grupo, ficam responsáveis pelo atendimento às mulheres que desejam informações. O serviço, feito tanto por telefone quanto por WhatsApp, é dividido em blocos, todos relacionados à prevenção ao vírus ou, caso contraída a doença,

procedimentos para diminuir os efeitos na vida cotidiana. O telefone é o (81) 9 8580.7506.

O primeiro bloco de informações é sobre métodos contraceptivos, o segundo sobre os exames e procedimentos a se fazer quando já se está grávida e, o último, sobre benefício e assistência aos bebês de mães que tiveram a doença. Coordenadora do Grupo Curumim, a enfermeira Paula Viana explica que, ao engravidar, a mulher tem uma série de direitos, desde o diagnóstico precoce de possíveis má-formações à interrupção da gravidez, prevista por lei.

“Há complicações relacionadas ao zika que podem fazer mal à saúde da própria mulher e, se ela preferir, pode interromper a gestação. Ela tem direito a exames que, ao contrário do que comumente acontece na rede pública, devem ser entregues desde o início do pré-natal”, explicou a coordenadora.

Ainda segundo Paula, a transmissão sexual do vírus é pouco explorada pelos órgãos de saúde, mas de extrema importância. “A mulher pode até não ter tido a zika via *aedes aegypti*, mas, ao fazer sexo desprotegido com um homem que contraiu o vírus, pode também ficar doente. Se estiver grávida, pode igualmente transmitir para o bebê”, explicou.

Curumim

O Grupo Curumim é uma ONG feminista com sede no Recife, que desde 1989 atua com foco na formação profissional e empoderamento feminino. A organização trabalha, principalmente, na divulgação de informações e visitas a comunidades do Grande Recife.

No Recife, mães de filhos com microcefalia reclamam de falta de apoio do estado

Sem acesso a medicamentos, exames especializados e tecnologias necessárias para o desenvolvimento de seus filhos, famílias cujos bebês nasceram com a Síndrome Congênita do Zika em Pernambuco observam as crianças desenvolverem novas complicações de saúde à medida que vão crescendo. A resposta do poder público, segundo as mães, não chegam na mesma velocidade.

[\(Agência Brasil, 12/02/2017 - acesse no site de origem\)](#)

As famílias estiveram em uma audiência pública feita nesta sexta-feira (10) pelo Ministério Público Federal (MPF) em Pernambuco para discutir políticas públicas relacionadas à epidemia do Zika Vírus e a Síndrome Congênita do Zika. O evento é um desdobramento de um procedimento administrativo instaurado pelo MPF para apurar o aumento dos casos de microcefalia no país, especialmente em Pernambuco. Em entrevistas à Agência Brasil, elas relatam novos sintomas e reclamam da falta de apoio do Estado.

Um problema de saúde observado com mais frequência é a dificuldade dos bebês de engolirem alimentos - a capacidade de deglutição - . Várias relatam que, embora tenham amamentado normalmente ou com alguma dificuldade, seus filhos regrediram e não conseguem mais levar o leite até o estômago. Para nutrir as crianças é preciso instalar uma sonda por meio do nariz ou, em alguns casos, fazer uma gastrostomia para que elas recebam nutrientes com a ajuda de um sistema instalado na barriga.



A mãe de Luhandra Batista da Silva, de um ano e três meses, Jusikelly da Silva carregava uma pasta com exames e documentos que atestavam a busca, por meses, dos recipientes e o leite especial para alimentação da menina (Foto: Sumaia Vilela/ Agência Brasil)

Luhandra Vitória Batista da Silva, de um ano e três meses, foi diagnosticada com Disfagia grave e precisou da gastrostomia. A operação foi feita pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mas os custos relacionados são altos, e a mãe Jusikelly Severino da Silva, 33 anos, afirma que não consegue os insumos necessários na rede pública. Na mochila do bebê ela carregava uma pasta com exames e documentos que atestavam a busca, por meses, dos recipientes e o leite especial para alimentação da menina.

Entre os papéis está uma declaração, de 9 de fevereiro, de que a farmácia do Centro de Saúde Bidu Krause solicitou, no dia 17 de novembro do ano passado, o fornecimento do leite tipo “Fortinni”, mas não houve retorno. O documento também atesta a falta de frasco e equipo para a alimentação, via sonda localizada na barriga. A assinatura é da gerente administrativa Maria Marilúcia do Nascimento.

Procedimentos cirúrgicos

Jusikelly faz os cálculos dos gastos com estes elementos a pedido da reportagem. “Uma lata de leite é R\$ 48,50, mas são 19 que ela toma por mês. O equipo é R\$ 1,90, e ela usa 30 por mês. E o frasco de alimentação é R\$ 1, e são 210 no período”, enumera. A moradora do bairro de Tejipió, divisa entre Jaboatão dos Guararapes e Recife, também informa que um equipamento chamado *botton*, necessário em um futuro próximo para que Luahndra continue a se alimentar, custa R\$ 2 mil e não é fornecido pelo SUS.

Outras mães sequer conseguem saber se as filhas precisam fazer a operação. Gleyse Kelly Cavalcante, 28 anos, é vice-presidente da União de Mães de Anjos (Uma), uma organização criada pelas próprias mulheres a partir da troca de informações em redes sociais. Hoje são mais de 400 famílias atendidas, segundo a jovem, com assistência jurídica e na busca por doações de fraldas e leite como o prescrito para a filha de Jusikelly.

Sua filha Maria Giovanna Santos, um ano e três meses, aguarda desde junho de 2016 que uma vídeo-endoscopia da deglutição (VED) seja marcada, sem sucesso. A demora nos exames especializados, segundo Gleyse, é comum. “Em novembro de 2015 ela fez uma tomografia. O resultado só saiu em março de 2016, quando já era para fazer outra, porque esses bebês precisam

ser acompanhados para saber como o cérebro vem se desenvolvendo”, explica.

Medicamentos em falta

Outro problema comum entre as mães é a falta de medicamentos em farmácias públicas. A mãe de Luhandra contabiliza os remédios e seus custos na rede privada. “O Keppra, para convulsão, é R\$ 90; o Losec, de refluxo, R\$ 159; o Sabril, de convulsão, R\$ 295, e o Domperidona é R\$ 20. Eu compro todos eles”, diz. Para isso, Jusikelly conta com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), um programa federal que fornece um salário-mínimo concedido à filha, além de R\$ 159 do Bolsa Família. Ela e o marido estão desempregados e pagam aluguel.

O Kreppa é um medicamento que, segundo Gleyse, está entre as necessidades principais destas famílias. Muitos bebês apresentaram convulsões difíceis de serem tratadas com medicação regular destinada a pacientes nos primeiros anos de vida. O problema é que, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a substância só é fornecida para pessoas acima de 16 anos, o que impede o fornecimento gratuito para estas crianças afetadas pela Síndrome Congênita do Zika.

De acordo com a secretária-executiva de Atenção à Saúde da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, Cristina Mota, “os medicamentos, principalmente no caso do Keppra, a dificuldade maior é que ele não era incorporado pelo Conitec [Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS]. Foi feita a consulta ao Conitec e num primeiro momento houve uma negativa da incorporação, no ano passado. No último trimestre a gente reiterou a consulta, baseado nos pareceres dos neuropediatras locais, que já tinham experiência clínica inclusive com o uso”, afirma. Diante da falta de resposta, segundo Cristina, o Estado decidiu adquirir o medicamento por conta própria, e espera que ao final do primeiro trimestre ele já esteva disponível.

Nota do Ministério da Saúde

Em nota, o Ministério da Saúde confirmou que recebeu a demanda da

Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco sobre o medicamento Keppra, e que o pedido foi encaminhado para avaliação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec). “Cabe informar que o órgão entrou em contato com a Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco para esclarecer alguns questionamentos e, até o momento, aguarda retorno”, diz o texto.

Em relação aos exames especializados, a gestora da Secretaria de Saúde de Pernambuco afirmou que as complicações derivadas do Zika Vírus eram desconhecidas pela comunidade científica, o que dificultaria a organização da rede de atendimento de forma prévia. “Esta necessidade gastroenterológica não é só do exame que há necessidade, mas do acompanhamento multiprofissional. Este exame é bastante especializado, a gente não dispõe na rede assistencial sob gestão direta do estado, e esta demanda surgiu com o desenvolvimento das crianças”. O governo estadual deverá contratar dois serviços de gastroenterologia pediátrica na rede conveniada ao SUS, uma na capital e outra no interior, segundo Cristina.

O *botton* também deve ser incluído no procedimento contratado, embora o SUS não inclua o equipamento na tabela nacional de custeio, de acordo com a secretária-executiva. “O SUS cobre o procedimento, mas o *botton* não está previsto”, diz. Ela defende que o Ministério da Saúde busque incorporar novas tecnologias à medida que as necessidades destes bebês apareçam. “São demandas novas que vem surgindo, precisa correr para conseguir atender e evitar sequelas. A gente vai ter que se adaptar, e precisa ser nacional. Problemas como este devem ter nos demais estados da Federação. E o usuário do SUS é um só”.

A respeito do *botton* para gastrostomia, o Ministério da Saúde não respondeu à informação do Estado de Pernambuco. A Agência Brasil atualizará a reportagem quando receber o posicionamento. O órgão repassou dados, na nota, sobre a rede de reabilitação para assistência às pessoas com deficiência. São 1.541 serviços, sendo 183 Centros Especializados em Reabilitação (CER), que trabalham com a estimulação precoce e a reabilitação dos bebês. A rede recebe anualmente R\$ 1,5 bilhão do Ministério da Saúde, “sendo R\$ 688,5 milhões como incentivo para o funcionamento dos

CER”.

Sumaia Villela; Edição: Valéria Aguiar

MPF/PE realiza audiência pública para debater combate ao Zika Vírus - Recife/PE, 10/02/2017

Evento vai abordar controle do mosquito causador da doença, assistência às pessoas infectadas e outros temas

[\(MPF, 01/02/2017 - acesse no site de origem\)](#)

O Ministério Público Federal em Pernambuco (MPF/PE) realiza, no dia 10 de fevereiro, audiência pública para discutir ações de combate à epidemia causada pelo Zika Vírus, assistência às pessoas infectadas, controle do mosquito *Aedes aegypti*, bem como políticas públicas voltadas às implicações neurológicas ocasionados pela doença. O evento será realizado no auditório da Procuradoria da República em Pernambuco (PRPE), partir das 13h.

A audiência “Políticas Públicas e a Epidemia do Zika Vírus” é decorrente de procedimento administrativo (nº 1.26.000.003807/2015-27) instaurado pelo MPF para apurar o aumento dos casos de microcefalia no país, especialmente em Pernambuco. O encontro contará com a participação da procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, do procurador regional dos Direitos do Cidadão, Alfredo Falcão Jr., da procuradora da República Natália Lourenço Soares e do procurador Regional da República Marcos Costa. Além do MPF, também estarão presentes representantes do Ministério Público de Pernambuco, do Ministério da Saúde, da Fiocruz, da Ordem dos Advogados

do Brasil, das secretarias estadual e municipal de Saúde, assim como de parlamentares e da organização não-governamental Uiala Mukaji.

O debate abordará questões relacionadas ao controle do mosquito causador da doença, direito à informação, direitos reprodutivos, bem como assistência aos afetados e reabilitação. Serão ouvidos representantes de órgãos do poder público, da sociedade civil e demais cidadãos. Em especial, serão ouvidas mulheres contaminadas pelo vírus durante a gestação, sendo reservado o tempo de 50 minutos da audiência para ouvi-las. Também haverá discussão de temas referentes à experiência do Estado de Pernambuco na efetivação de políticas públicas de enfrentamento, controle e assistência à população atingida pela epidemia.

O evento será aberto ao público e à imprensa, respeitada a capacidade do auditório da PRPE (120 pessoas). Para participação com manifestação oral, será necessária inscrição durante a audiência, das 13h às 16h (mais detalhes no [edital](#)).

Ao final dos trabalhos, o MPF poderá propor termos de ajustamento de conduta, expedir recomendações, determinar a instauração de inquérito civil ou policial, ajuizar ação civil pública ou prosseguir com as investigações, dentre outras medidas.

Mobilização - A atividade é promovida pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em Pernambuco, com apoio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), e dá continuidade às ações de mobilização que vêm sendo conduzidas pela PFDC no que se refere aos impactos e à prevenção do zika vírus. A iniciativa busca dar respostas mais efetivas à epidemia do zika - que, somente em 2016, atingiu mais de 210 mil mulheres em todo o Brasil - e conta com o apoio da ONU Mulheres, do Fundo de População das Nações Unidas, da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e da Plataforma Dhesca Brasil. Além de Pernambuco, também será realizada audiência pública sobre o tema no Rio de Janeiro, em data ainda a ser definida.

Inquérito Civil nº 1.26.000.003807/2015-27.

Serviço:

Audiência “Políticas Públicas e a Epidemia do Zika Vírus”

Quando: 10 de fevereiro, a partir das 13h

Onde: Auditório da Procuradoria da República em Pernambuco (PRPE) - Av. Agamenon Magalhães, nº 1.800, no bairro do Espinheiro, no Recife

Edital completo disponível em <http://bit.ly/2kbPHLn>

Assessoria de Comunicação Social

Procuradoria da República em Pernambuco

(81) 2125-7348

prpe-ascom@mpf.mp.br

http://www.twitter.com/mpf_pe

<http://www.facebook.com/MPFederal>

Em Recife, ONU Mulheres participa de workshop sobre zika e impactos sociais

Evento organizado pela Fiocruz aborda Zika vírus. ONU Mulheres participa de evento, destacando os direitos das mulheres

[\(ONU Mulheres, 31/01/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Pernambuco promove nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro, o workshop “Impactos Sociais e Zika”. Na ocasião, pesquisadoras e pesquisadores do departamento de Saúde Coletiva da Fiocruz, do Instituto Fernandes Figueira, da London School e da Universidade Federal de Pernambuco, se reunirão com representantes de organizações não-governamentais (ONG) e de movimentos sociais para discutir a realização de uma pesquisa voltada para o tema.

Sabe-se que, embora os casos da síndrome congênita do Zika (SCZ) não se restrinjam a determinada classe social, aqueles que vivem na extrema pobreza são os mais atingidos pela epidemia, com 70% dos casos de microcefalia registrados nesta camada da população. No Brasil, de acordo com o Censo 2010, aproximadamente 35 milhões de brasileiros não têm água encanada, mais de 100 milhões não têm acesso a esgoto e mais de oito milhões de habitantes de cidades não contam com coleta de lixo regular.

Diante da urgência causada pela velocidade, amplitude e gravidade dos casos de SCZ, a maior parte dos estudos desenvolvidos, neste último ano, envolvendo a zika, concentraram suas investigações nos aspectos clínicos e epidemiológicos da doença. Assim, a pesquisa “Impactos sociais e econômicos do vírus zika no Brasil”, visa possibilitar melhores estratégias de prevenção/cuidado, assim como a elaboração de políticas públicas culturalmente adequadas e uma melhor compreensão do custo humano da epidemia.

O estudo - Financiado pela fundação do Reino Unido, Wellcome Trust - terá duração de um ano, contado a partir do workshop, e será aplicado nas cidades do Recife e Rio Janeiro. O evento será realizado no auditório da Fiocruz Pernambuco, aberto ao público no dia 31/01 e só para convidados no dia 01/02.

Início do vagão exclusivo para mulheres no metrô do Recife divide opiniões

A primeira viagem do vagão exclusivo para mulheres no metrô do Recife, realizada na tarde desta segunda-feira (16), foi bem avaliada pelas passageiras, mas também há uma preocupação entre elas de que a medida

facilite a ação de assaltantes. Adotado devido a pedidos recebidos pela ouvidoria da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), o ‘vagão rosa’ está [em fase de testes](#) e fica disponível nos horários de pico: das 6h às 8h30 e das 16h30 às 19h30.

[\(G1-PE, 16/01/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

“Essa foi uma opção ótima, porque vou me sentir mais segura. Nos outros vagões, o empurra-empurra é grande. Essa opção tem que durar aqui no metrô”, comenta a operadora de caixa Eunice Temóteo, que utiliza o meio de transporte junto com a filha, Alice, sempre que precisa ir ao Centro do Recife.



A operadora de caixa Eunice Temóteo e a filha Alice aprovam a implementação do vagão feminino no metrô do Recife (*Foto: Marina Meireles/G1*)

A técnica em enfermagem Conceição Maciel também aprovou a implantação da medida. “Estou me sentindo muito segura. Tenho parentes no Rio e elas falam que o vagão feminino é uma coisa muito boa lá”, ressalta.

De acordo com o superintendente do metrô do Recife, Leonardo Villar Beltrão, o 'vagão rosa' também foi uma ideia sugerida pelo [Ministro das Cidades Bruno Araújo, que visitou a sede da CBTU em outubro do ano passado](#). “Essa sugestão veio através do Ministério das Cidades, já que outras cidades já adotaram e a medida deu certo. Decidimos adotar no Recife para avaliar a repercussão dos passageiros é positiva também”, explica.



Operação do vagão exclusivo para mulheres no metrô do Recife teve início nesta segunda (16) (Foto: Marina Meireles/G1)

Durante as paradas nas estações, o vagão, com capacidade para até 200 mulheres, contou com cinco seguranças para impedir a entrada de homens, sendo quatro em cada uma das entradas e um na divisória do vagão misto. “No futuro, nossa ideia é poder culturalizar o vagão feminino para que não haja a necessidade de barrar a entrada de homens”, destaca o superintendente.

Segundo ele, os testes devem durar 15 dias, mas, diante da receptividade das passageiras, há chance de o sistema ser mantido. “A experiência foi muito

bem-sucedida na viagem e a gente espera implementar no restante da frota”, explica.

Opiniões divididas

Mesmo que em menor número, passageiras como a cake designer Genilda Fragoso acreditam que o ‘vagão rosa’ pode tornar as mulheres vulneráveis. “Hoje tem seguranças no vagão, mas ninguém garante a presença deles em outros dias. Como é um vagão só de mulheres, isso pode chamar a atenção de assaltantes”, observa.

Para Maria Dolores Fastoso, integrante da coordenação do Fórum de Mulheres de Pernambuco, a medida apenas segrega as mulheres e não tem eficácia. “Isso já foi feito no Rio de Janeiro e não demonstrou resultados. A gente não precisa de exclusividade no metrô, a gente quer transitar com segurança em todos os espaços públicos e esse vagão não vai mudar absolutamente nada”, frisa.



Seguranças impedem a entrada de homens no 'vagão rosa' do metrô do Recife (*Foto: Marina Meireles/G1*)

A opinião é compartilhada pela secretária da Mulher do Recife, Cida Pedrosa. Para ela, a medida pode até satisfazer num primeiro momento, mas não resolve o problema a longo prazo. "O 'vagão rosa' reforça a lógica de prender a vítima ao invés de prender o agressor, o que é errado e não resolve o problema. O direito da mulher é estar onde ela quiser estar", comenta.

Segundo a secretária, a implantação de câmeras nos vagões é uma das medidas que seriam mais eficazes do que o vagão feminino. "Também é importante dar credibilidade à mulher quando ela for denunciar. Muitas vezes, elas são ridicularizadas", lamenta.

O **G1** também procurou a Secretaria da Mulher de Pernambuco para repercutir o vagão exclusivo para mulheres no metrô do Recife, mas não obteve resposta à solicitação.

Vagão exclusivo para mulheres no metrô do Recife entra em fase de testes

Ainda em fase de testes, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) colocará o [primeiro vagão exclusivo para mulheres](#) para funcionar na segunda-feira (16). Ele começará a circular a partir das 16h30. De início, o vagão exclusivo será implantado em um dos 34 trens existentes na malha viária do Grande Recife.

[\(G1, 15/01/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

De acordo com a CBTU, a intenção é colocar o novo serviço em prática um

pouco mais de um mês até o carnaval para que ele seja testado antes da festa. Segundo a companhia, durante os festejos de momo, aumenta o número de pessoas que utilizam o meio de transporte.

Nesse período, costumam aumentar também os casos de violência contra a mulher. De acordo com a Secretaria da Mulher de Pernambuco (Secmulher-PE), houve um [aumento de quase 14% nos casos de violência contra mulher no estado](#). Ao comparar com 2015, o dado analisa o período entre janeiro e novembro.

A fiscalização dos vagões exclusivos seguirá o modelo já em vigor no Rio de Janeiro, em São Paulo e, desde novembro do ano passado, em Belo Horizonte. Agentes de segurança farão a fiscalização em tempo integral.



De acordo com a CBTU, a intenção é colocar o novo serviço em prática pouco mais de um mês antes do carnaval (*Foto: Marlon Costa/Pernambuco Press*)

A iniciativa partiu das próprias usuárias do metrô do Recife, que reclamam da insegurança nesse meio de transporte, especialmente por causa dos

recentes casos de violência dentro e fora dos vagões. No mês passado, uma mulher de 39 anos foi [baleada na cabeça após um passageiro reagir a um assalto na Linha Sul](#) do Metrô do Recife.

Em setembro do mesmo ano, uma [passageira denunciou ter sido seguida em uma estação e estuprada dentro do metrô](#), na Zona Oeste do Recife. O suspeito chegou a ser detido por seguranças do metrô, mas foi liberado após ser ouvido pela polícia.

Agência da ONU e mulheres da OAB discutem combate ao zika em Recife

Recife concentra 22% dos casos de microcefalia no Estado. Especialistas apontam ausência de garantia de direitos básicos

[\(ONU, 14/10/2016 - Acesse no site de origem\)](#)

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por intermédio da Comissão da Mulher Advogada, lideraram o seminário “Mais Direitos, Menos Zika” ocorrido na segunda-feira (10) em Recife, capital do estado mais afetado pelo surto do vírus, com 22% dos casos de microcefalia.



A parceria teve como objetivo discutir direitos reprodutivos das mulheres em condições de vulnerabilidade, medidas de engajamento da população na prevenção do vírus e mitigação de seus impactos no contexto da campanha “Mais Direitos, Menos Zika”, liderada pelo UNFPA em Pernambuco e Bahia com a participação da sociedade civil.

Para a agência das Nações Unidas, o surto do vírus é resultado de fragilidades no acesso a direitos humanos fundamentais, como saneamento, água tratada e insumos contraceptivos sendo, por isso, necessário promover esses direitos de forma transversal na sociedade brasileira.

“Esperamos que sirva de inspiração para outras seccionais da OAB em outros estados, para que possamos ampliar este debate com operadores de direito de todas as esferas como passo importante para o reconhecimento do direito à saúde sexual e reprodutiva como direito fundamental no contexto da emergência sanitária”, afirmou o representante do UNFPA no Brasil, Jaime Nadal. Segundo ele, o evento constitui uma oportunidade para discutir as necessidades, demandas e expectativas de mulheres e famílias diretamente afetadas pelo zika.

A titular da Secretaria da Mulher de Pernambuco, Silvia Cordeiro, considerou que a política integral da saúde da mulher é primeiro passo para pautar o acesso ao planejamento reprodutivo. “A gente tem que falar sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. A gente precisa pensar no desejo de uma mulher sem formação, de uma mulher que não negocia o sexo seguro com seu companheiro, de uma mulher que não tem as informações necessárias para o seu planejamento reprodutivo”, disse.

O secretário da Saúde, Olímpio Moraes, também participou, e lembrou que 97% da população afetada pelo vírus é usuária do Sistema Único de Saúde (SUS): “essas mulheres vivem em locais sem saneamento básico, no interior, as pessoas não têm acesso à água tratada”.

Segundo o técnico de saúde, 30% das mulheres brasileiras engravidam sem desejar. “A Secretaria da Saúde está promovendo o acesso a contraceptivos de longa duração”, declarou.

Mulheres que foram infectadas pelo vírus também participaram do evento. Elas fazem parte do Grupo Amar — Aliança de Mães e Famílias Raras. O grupo, que surgiu para cuidar das pessoas com doenças raras no estado de Pernambuco, apoia atualmente 420 mulheres e mães, 158 das quais foram infectadas pelo zika durante a gestação.